

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 18, janeiro a junho de 2007

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS ESTRANGEIROS¹

Celso Sánchez²,

Alexandre de Gusmão Pedrini³,

RESUMO

O presente trabalho tenciona estimular o debate sobre as diferenças na teoria e prática da Educação Ambiental (EA). Apesar de serem admitidas no discurso acadêmico não são de fato aceitas no cotidiano da EA brasileira. Calcados em referencial teórico, particularmente, do contexto da pós-modernidade, é feita breve reflexão, partindo da observação das atividades de dois eventos importantes no contexto da EA internacional que ocorreram no Brasil. Verificou-se que há no seio da EA um campo de tensionamento próprio do movimento de consolidação dessa atividade no Brasil. Tal movimento gerou antagonismos que produziram modos diferentes de olhar o contexto da EA. Assim, é estimulado um debate urgente entre as

¹ Trabalho baseado em resumo apresentado no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, abril de 2006, Joinville, Santa Catarina, intitulado “Educação Ambiental e seus Outros” com a mesma autoria do presente artigo.

² Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e-mail: celsosanchez@pop.com.br

³ Professor Adjunto, Departamento de Biologia Vegetal, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, sala 525/1, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; e-mail: pedrini@uerj.br; a quem deverão ser enviadas solicitações de cópias.

diferentes correntes da EA brasileira com o fim de encarar esta questão e estabelecer estratégias para resolvê-la.

Palavras-chaves: educação ambiental; grupos antagônicos; eventos internacionais, Brasil

ABSTRACT

This work intends to stimulate a debate on the differences between practice and theory in Environmental Education (EE). In spite of them have been admitted in academic discourses, they are not in fact employed in the practice of the brazilian case. Based on a theoretical reference, specially on the post-modern context, a brief reflection is done, starting from the observation of the activities of two significant events in the international context of EE that occurred in Brazil. It was verified a tension in the middle of the EE field showing a process of consolidation of this practice. Such moviment has brought antagonisms which has provoked different points of view on EE context. Finally is suggested an urgent debate about these differences, in order to solve problems and create new strategies to improve the EE in Brazil.

Key words: environmental education, antagonics groups, international congresses, Brazil.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal iniciar um debate sobre a educação ambiental no contexto das questões atuais da educação, sendo assim, ele é um convite para a interlocução, não se encerrando aqui.

Pretende-se também poder analisar, com base na bibliografia proposta pela disciplina que mais chamou nossa atenção, algumas questões interessantes para pensar a Educação Ambiental(EA) e que possam contribuir na construção do campo desta prática.

A EA vem sendo definida, muitas vezes, como uma modalidade educativa de caráter interventivo, atenta às realidades socioambientais, tem sido cada vez mais difundida. A partir da década de setenta, mais especificamente, após a Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, promovida pela UNESCO e pelo PNUMA em 1977, desde então, vem se entranhando nos mais diferentes segmentos sociais e conseguiu engendrar uma comunidade de atores sociais distintos, cada qual com seus propósitos, consolidando-se no final dos anos 90, como um discurso político, chegando a conquistar um patamar oficial outorgado na forma da Lei no. 9795 de 27 de abril de 1999, conforme analisaram Trajber e Costa (2001).

No entanto, o processo de legalização – institucionalização, tanto em âmbito internacional quanto nacional, não trouxe consensos, muito pelo contrário, acirrou o debate em torno da necessidade de se buscar uma mesma linguagem conceitual no que tange a definição e a

prática da Educação Ambiental em si. Vários autores transeuntes do tema se depararam com a fácil confusão conceitual que ronda o campo (Layrargues, 1998, 1999; Brugger, 1998; Pedrini, 1998; Loureiro, 2000, 2004).

Intensas discussões vem sendo travadas em redes de debate sobre o assunto, seja na internet ou em fóruns, seminários e encontros, explicitando a necessidade de tratar-se do tema sobretudo no que diz respeito a importância de se buscar uma análise panorâmica da EA no Brasil e de suas tendências e práticas, em especial no setor governamental onde se encontra a maior carência de materiais e de discussões.

Organizamos nosso trabalho com uma breve panorâmica histórica e depois tecemos comentários sobre os atores e disputas no seio da prática de um grupo que está se consolidando a cada dia, no qual não me incluo por serem meu interesse de pesquisa, os “educadores ambientais”. Por fim, deixamos considerações finais, que possuem um caráter convidativo, para que estas reflexões possam continuar de modo mais aprofundado.

2. Uma Breve contextualização da Educação Ambiental: Conceitos e Contextos nos Campos de Força da Educação Ambiental

Surgida no seio dos debates ambientalistas dos anos 60, a trajetória da EA sofreu grande influência da contracultura e dos movimentos sociais que reivindicam uma melhor qualidade de vida e questionavam o padrão de desenvolvimento da sociedade ocidental. Logo ela irá encontrar assento ao lado dos debates pacifistas, de gênero e em favor das minorias, que estão se consolidando nos Estados Unidos, América Latina e Caribe. O discurso da EA conseguia ser abrigado e abrigar diferentes correntes de pensamento da contracultura.

No cenário oficial internacional, a EA é lançada em 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia. Passa então, a ser vista como uma importante ferramenta na construção de um futuro “sustentável”. Para concretizar esta idéia foi criado o PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental (atualmente extinto) -, em conjunto com a UNESCO, que atua promovendo cursos, programas de capacitação e formação, eventos, além de produzir publicações. A Conferência de Estocolmo teve desdobramento em 1975, em Belgrado, com o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental que reuniu 65 países e quando foram estabelecidas as metas, diretrizes e objetivos

do PIEA, além de estimular e fomentar um debate mais constante sobre a área. Tal chamada, culminou no Encontro de Chosica em 1976, onde se discutiu a EA no âmbito latino – americano. Este evento produziu a seguinte definição:

A Educação Ambiental é um instrumento de tomada de consciência do fenômeno do subdesenvolvimento e de suas implicações ambientais que tem a responsabilidade de promover estudos e de criar condições para enfrentar esta problemática eficazmente” (Guimarães, 1995, p. 19).

Mas talvez, o principal marco inicial tenha sido a Conferência de Tbilisi na Geórgia, em 1977. A "I Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental" traçou os principais fundamentos, recomendações, objetivos e estratégias de ação. Constitui-se um dos principais documentos produzidos, onde estão as orientações pedagógicas e sugestões para o desenvolvimento da EA, é até hoje, considerado um importante instrumento, indispensável para consulta. Em Tbilisi, foi definida como sendo:

Uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da Educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (Dias, 1992 p.31).

Nesta definição, observa-se o caráter interventivo e político da EA, além da sintonia com o discurso da interdisciplinaridade que brotava nos meios acadêmicos de então. Em Tbilisi também se fazia a advertência de que esta deveria ser:

Uma educação permanente, geral, que reaja às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa educação deve preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhoria da qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (Dias, *op.cit.* p.68).

No Brasil, o quadro, no entanto, era bastante diferente. Refletindo a posição dos países ditos "em desenvolvimento", a preocupação com a questão ambiental se fazia sentir como um freio para o franco processo de desenvolvimento almejado pela política militarista. Logo,

desde cedo, o país mostrou-se avesso às tendências preservacionistas mundiais que eram percebidas como verdadeiras inimigas do “progresso”.

Após quase duas décadas, depois de difíceis negociações e pressões internacionais, sobretudo de agentes financiadores internacionais, o governo brasileiro começa os primeiros movimentos de aceitação das novas tendências mundiais. Alguns autores como Dias (2000) e Guimarães (*op.cit*) entre outros, observam que tal sensibilização do governo militar às questões ambientais era fruto de uma “política para inglês ver” (Dias, *op.cit* p. 80), que na verdade vinha atrelada a uma forte pressão internacional, notadamente do BID.

Em 1987 acontecia a Conferência de Moscou, na Rússia, para avaliar os dez anos pós - Tbilisi, que reforçou os conceitos já declarados, e propôs uma estrutura teórica - metodológica para a Educação Ambiental. Em 1988, é promulgada a constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo para tratar a questão ambiental, onde se pode ler no capítulo VI artigo 225 inciso VI: *"Promover a Educação Ambiental em todos os níveis e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente"*. O texto da CF demonstra o amadurecimento do discurso ambientalista no Brasil que começava germinar. O movimento ambientalista, a essa altura, estava consolidando-se em São Paulo e Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, o processo foi mais lento, tendo impulso durante os anos 90, após a Rio-92.

A ONU declara 1990, o Ano Internacional do Meio Ambiente e o Brasil se prepara para sediar o mais importante evento governamental já ocorrido no país, a RIO - 92, ou Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), oficialmente denominada "Conferência de Cúpula da Terra".

Ocorrida no Rio de Janeiro, em junho de 1992, a reunião contou com representantes de 182 países e 103 chefes de estado estiveram presentes, aprovando cinco acordos oficiais internacionais: A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Carta do Rio, também conhecida como Carta da Terra; A Agenda 21; Declaração das Florestas; Convenção - Quadro sobre Mudanças climáticas e a Convenção sobre Biodiversidade. Declarações que até hoje causam polêmicas e que se desdobraram em outros eventos e documentos como o recente Protocolo de Kyoto.

Paralelamente ao evento oficial que ocorria em local de acesso restrito, estava acontecendo um mega evento popular, o Fórum Global ou ECO-92. Cerca de 1300 ONGs, se aglomeraram debaixo de imensas tendas para discutir os problemas que atingiam o mundo. Foi o primeiro

encontro popular a reunir representantes de todas as partes do mundo para discutirem seus problemas e precursor do movimento que hoje se conhece como Fórum Social Mundial.

No mesmo ano é instituído o Grupo de Trabalho do Ministério da Educação, através da Portaria 773 com o objetivo de estar permanentemente apoiando, coordenando, avaliando e consolidando a EA no Brasil. Concomitantemente, começa a tramitar no Congresso Nacional uma proposta de regulamentação legal desta atividade.

Em 1994 é lançado o Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, (MMA). Fato que foi muito criticado por muitos como Sánchez *et al* (1995), Pedrini (1998), entre outros, por evidenciar uma divergência de ações entre o MEC e o MMA, cada qual com projetos, ações, objetivos e equipes independentes, fragmentadas e desarticuladas entre si, fato que ia de encontro com ideais anunciados para o exercício desta atividade que pressupunha, desde Tbilisi, a interdisciplinaridade e a participação da coletividade e da cidadania.

Em 1997, ano em que se completavam 20 anos do encontro-marco de Tbilisi, ocorreram diversas atividades incluindo o Encontro da Rede Nacional de Educação Ambiental, em Brasília conhecido como I Conferencia Nacional de Educação Ambiental reunindo 2.868 participantes com trabalhos de todas as partes do país. Outro importante evento foi o Simpósio Brasileiro de Educação Ambiental, promovido pela PUC/RJ, com a participação dos principais protagonistas. Neste ano, também se aprovou a nova LDB que coloca a EA no currículo básico escolar como disciplina pedagógica complementar aos 20% adicionais de carga horária adicionados por lei para o ensino básico.

Para alguns educadores como Layrargues (1998, 1999), por exemplo, a LDB é considerada um retrocesso por colocar a EA como uma disciplina a mais, não correspondendo às premissas sugeridas de interdisciplinaridade e participação voluntária. Outro acontecimento importante é a divulgação pelo MEC dos Novos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, onde a questão ambiental é tratada como tema transversal.

Já no ano de 1998, em dezembro, ocorreu um grande encontro internacional promovido pela UNESCO/PNUMA em Thessaloniki, Grécia, que reafirmou os conceitos de Tbilisi, destacando a importância de ações locais de forma contextualizada às realidades de cada comunidade e a importância da implementação das Agenda 21 locais de forma conjugada aos

processos de Educação Ambiental, além de uma ampliação na rede de comunicações entre educadores ambientais afim de aumentar o intercâmbio de experiências.

Em 1999 é sancionada a Lei nº 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, considerada uma vitória do movimento ambientalista. Em 2000, a Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA) do MEC promove uma importante teleconferência sobre os Parâmetros Curriculares em Ação sobre o Meio Ambiente, o PAMA, onde participam mais de 1.500 escolas em todo o território nacional. Já em 2001, a COEA promove o Seminário Nacional de Educação Ambiental reunindo Secretarias de Educação Municipais e Estaduais e instituições em todo país, investindo na disseminação dos PCNs que utilizam a problemática ambiental como tema transversal.

Em 2004, o governo brasileiro patrocina dois importantes eventos o II Congresso Mundial de Educação Ambiental ocorrido no Rio de Janeiro em setembro, com a presença de mais de 70 países e o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em Goiânia, no mês de novembro, onde MMA e MEC cooperaram para consolidar as redes de educação ambiental no país em especial a REBEA (Rede Brasileira de EA), além de avaliar os progressos das ações governamentais e das parcerias com as ONGs. Cerca de 4000 pessoas participaram. Neste ano A ANPED promove o “Grupo de Estudos” de EA em “Grupo de Trabalho” de EA, garantindo mais um espaço para esta modalidade. Enfim, sob a visão panorâmica do histórico desta atividade, percebe-se que estamos diante de um campo em expansão, mas paradoxalmente ainda sem consensos definitivos sobre seus objetivos, práticas e diretrizes de ação.

3 O Mal Estar na Educação Ambiental A Educação Ambiental e Seus Estrangeiros

Carvalho (2001), em sua importante obra, nos chama atenção para a construção do campo de ação dos educadores ambientais. A autora se apropria da idéia de campo social em Bourdieu (1996), que configura espaços de relações objetivas entre posições, relações de força específicas, com certo grau de autonomia que:

Propõem aos que neles estão envolvidos um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (freqüentemente definidas pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em ‘ismo’, em resumo, todo um sistema de coordenadas

que é preciso ter em mente – o que não quer dizer na consciência – para entrar no jogo. (Bourdieu, 1996. p.53, . p. 19).

Assim, transitando nesse microcosmo social, Carvalho (2001) tenta se apropriar destas considerações para sustentar a idéia de *campo ambiental*, como um espaço social de relações aonde os “educadores ambientais” vão se consolidando e tecendo suas redes de possíveis. Em outras palavras, ao constituírem-se como grupo, num campo, fortalecem identidades entre si e vão se distinguindo como grupo na sociedade.

Este grupo possui com um projeto social bem definido, embora contraditório, de apropriação do tempo e do espaço. Dito de outra forma, a autora nos faz refletir sobre o processo de construção do discurso dos educadores ambientais, destacando suas trajetórias na constituição de suas narrativas que vão elaborando um conjunto de saberes e práticas a ponto de constituir um campo ambiental que fortalece e cria identidades e dinâmicas sociais.

Carvalho salienta, assim, o processo de estabelecimento do que chamou de um “sujeito ecológico” marcado por seu tempo, datado pelo contemporâneo, capaz de apropriar-se de uma noção clara da perspectiva espaço-temporal escolhida em seu projeto. Isto porque o educador ambiental fala para as “gerações futuras” e questiona a maneira como o espaço é utilizado pela sociedade capitalista, ele defende a criação de áreas protegidas, de unidades de conservação, que devem ser mantidas fora do alcance do modo de produção capitalista, uma contramão no mundo globalizado e neoliberal.

A autora percorre a trilha de educadores ambientais, personagens de seu trabalho, para analisar a “trama dos sentidos” na tradição ambiental, destacando sua consolidação enquanto discurso e seu espraiamento nos mais variados segmentos sociais. A partir daí, Carvalho comenta que o educador ambiental é um intérprete de seu tempo e do campo ambiental recheado por seus conflitos e contradições singulares. Assim, é possível falar em uma demarcação ética do campo ambiental, a partir das diferentes concepções de natureza, de EA, de si mesmos que irão povoar os diferentes grupos de educadores cada qual com sua visão específica do setor no qual estão engajados.

Para evidenciar o que falamos, gostaríamos de lembrar os dois últimos importantes eventos ocorridos no Brasil sobre a EA: o primeiro o II Congresso Mundial de Educação Ambiental (IIWEEC), promovido por associações científicas, em especial a FIOCRUZ, a Academia Brasileira de Ciências, IBAMA, Universidades estrangeiras e o Programa das

Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estiveram presentes no evento 2500 pessoas de cerca de 70 países apresentando mais de 500 trabalhos de diferentes abordagens, desde pesquisas a relatos de experiências em sala de aula ou unidades de conservação ambiental. No entanto, o IIWEEC teve pouca participação das ONGs brasileiras e do MEC, além de falhas na organização que impediam o livre acesso de pessoas pelo Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

As ONGs brasileiras organizadas através da Rebea (Rede Brasileira de EA), organizaram em parceria mais sólida com o MEC outro evento em novembro do mesmo ano na cidade de Goiânia, o V Fórum Brasileiro de EA, retomando uma trajetória interrompida dos Fóruns Nacionais. (O IV Fórum havia ocorrido em 1998). É interessante notar que o V Fórum teve a presença maciça das ONGs, das demais redes e do governo através do MEC e da comissão especial do ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) com nenhuma participação internacional. Mais de 4000 pessoas circularam pelos estandes do centro de convenções de Goiânia onde se encontrava desde manifestações folclóricas tradicionais até barraquinhas de comidas vegetarianas, alternativas e orgânicas. Mais de 800 trabalhos foram inscritos no fórum, a maioria tinha caráter de divulgação de atividades e ações de ONGs e grupos ecológicos. Nas plenárias finais de ambos eventos foram comuns as críticas feitas de um ao outro evento evidenciando tensões no campo ambiental e duas linhas distintas de ações, nas quais o governo também se divide buscando um consenso.

Buscando uma aproximação com Bauman (1998), pode-se pensar que o mal estar da EA reside dentro dela mesma. Isto porque a EA que possui um discurso tão global, abrangente, aglutinador, não consegue consensos dentro de seu próprio campo, as tensões são evidentes quando nos deparamos com o outro, com o “estrangeiro” no sentido atribuído por Larrosa (2002), qual é verdadeira “sociedade sustentável” e qual “geração futura” se fala? Ao algumas questões possíveis para uma análise mais detalhada. Além do mais, este campo paradoxal, ambíguo, contraditório, feito de opostos, me parece típico do domínio do que, para Bauman, é o pós-moderno. Este transito facilitado entre o popular e o erudito, entre o passado e o presente, o moderno e o antigo, o global e o local, a preservação e o desenvolvimento, são paradoxos comuns no campo ambiental que fomenta as narrativas e constitui o discurso da EA e dos educadores ambientais, como por exemplo:

A EA, muitas vezes, se coloca como uma nova modalidade de educação, mas sua ‘novidade’ é respaldada por uma busca de referenciais históricos, ou personagens-guia,

Bourdieu (*op.cit*), o que pode ser notado no caso norte americano, cujo principal inspirador é Aldo Leopoldo, naturalista que defendia, por exemplo, o fechamento das fronteiras da Amazônia para que esta fosse protegida, como se algo impuro, a humanidade, não pudesse tocá-la. Leopoldo defendia que os humanos habitantes da Amazônia fossem civilizados e retirados de lá. Outro exemplo recente é o do oceanógrafo Jacques Cousteau que defendia a internacionalização da Amazônia para que o mundo pudesse protegê-la, evitando a ocupação humana. Cousteau chegou a anunciar um projeto de *ecovilas*, onde moradores tradicionais iriam poder continuar convivendo com a floresta sob orientação de sua equipe em projetos de “desenvolvimento sustentável”. (Cabe indagar se isso não seria uma espécie de ‘vigilância insustentável?’).

Aqui podemos nos aproximar de Bauman (*op.cit*) em outro ponto, quando destaca a importância do conceito de ‘pureza’ para a modernidade e como este traz em seu bojo uma noção de ordem, higiene e estabilidade, elaborando-se assim, um esquema de pensamento centrado na idéia de pureza que podemos observar presentes nos casos acima, como se o humano (mas não qualquer humano) tornasse a natureza impura e não fizesse parte dela.

Atrás desta idéia haveria também uma noção de controle, higiene, saúde, pois até hoje, atribui-se uma série de doenças à Amazônia e o discurso ‘pós-moderno’ da EA o contrapõe com a idéia de que a Amazônia é a verdadeira *panacéia*. Bauman lembra que:

A busca da pureza moderna expressou-se diariamente com a ação punitiva contra as classes perigosas; a busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e indolentes. Em ambos os casos, a “impureza” no centro da ação punitiva é a extremidade da forma incentivada como pura; a extensão até os limites do que devia ter sido, mas não podia ser, conservou-se em região fronteiriça; o produto – refugo, não mais do que uma mutação desqualificada do produto, passou como se fosse ao encontro dos modelos. (Bauman, *op.cit*. p.26).

O que pensamos desta idéia é que se pode entender por este viés, a veemência como a Lei de Crimes Ambientais pune e caça aqueles que muitas vezes, sobrevivem às custas do extrativismo vegetal ou animal realizado de forma tradicional. Estes indivíduos, culpados por estarem vivendo nas florestas e não nas favelas, não tem espaço na idéia de pureza e ordem estabelecida. Sobre este aspecto, podemos lembrar Larrosa (2002) quando destaca que os aparatos sócio policiais, assistenciais e pedagógicos produzem políticas que reduzem os

possíveis "rasgos" e potencializam as características positivas de uma sociedade da tolerância, sentimo-nos, assim, bem, participando de uma sociedade dita acolhedora, compreensiva, tolerante... Bauman nos lembra ainda que:

As utopias modernas diferiam em muitas de suas pormenorizadas prescrições, mas todas elas concordavam em que o “ mundo perfeito” seria um que permanecesse para sempre idêntico a si mesmo, um mundo em que a sabedoria hoje aprendida permaneceria sábia amanhã e depois de amanhã e em que as habilidades adquiridas pela vida conservariam sua utilidade para sempre. O mundo retratado nas utopias era também, pelo que se esperava, um mundo transparente – em que nada de obscuro ou impenetrável se colocava no caminho do olhar; um mundo em que nada estragasse a harmonia ; nada “fora do lugar”; um mundo sem “sujeira”; um mundo sem estranhos. (Id. p.21).

Desta forma, podemos identificar aqui como o projeto ambientalista também construiu um mundo ideal, baseado na perspectiva de “Nosso Futuro Comum”, do direito da “gerações futuras” e assim por diante. É claro que são questões importantes para o planeta e sua crise ecológica é evidente, mas é importante também problematizar tais pontos e entender os jogos de força e de poder que estão por detrás dele, a que interesses servem e como estamos nos realizando neste campo. Bauman (1998) comenta que :

As dicotomias cruciais para a prática e a visão da ordem social o poder diferenciador se oculta como norma atrás de um dos membros da oposição. O segundo membro é o outro do primeiro, a face oposta. ... por isso a anormalidade é o outro da normalidade, a corrupção é o outro da lei a cumprir, a doença é o outro da saúde, a barbárie o outro da civilização e assim sucessivamente (Ibid. p.95)

É neste sentido que nos aproximamos do texto de Larrosa (2002) quando pergunta para que servem os estrangeiros? Tentando comentar as nuances da retórica do multiculturalismo e indagando, com propriedade, se o discurso sobre o multicultural não trás consigo uma espécie de missão civilizadora de projeto de sociedade, de aniquilamento do outro e da diferença, a fim de apaziguar aquilo que nos inquieta e perturba a ordem.

Assim, este discurso tem como objetivo, tentar minimizar o que o outro possui de inquietante – o discurso psiquiátrico para que o louco fique no seu lugar e não nos inquiete; o discurso pedagógico – normalizador do lugar da criança (temos certeza de que não somos

crianças porque definimos quem será) e assim vão sendo fixadas as identidades. Pelos opostos como Bauman também nos havia dito acima.

É neste ponto que cremos que podemos indagar a que missão a EA não se presta, será uma nova missão colonizadora? Será uma missão civilizadora que irá desenvolver valores, hábitos, competências e habilidades “sustentáveis” ou para uma “verdadeira sociedade sustentável”, livre da “barbárie do subdesenvolvimento”? Que missão será esta por detrás da retórica da EA? Quem são os estrangeiros da EA, nós mesmos? Nos balizamos a partir de uma interpretação da Educação Ambiental dentro do contexto da problemática ambiental contemporânea é uma ação fundamental, mas precisa ser problematizada e pensada de forma crítica. Toda a educação é por si só ambiental e reflete o cotidiano e a realidade dos envolvidos de uma forma quase irremediável e inevitável. A educação é inevitável, no sentido que, sendo cotidiana e processual, a tal ponto que nos submete a todo instante, impõem-se aos sujeitos que oscilam entre mestres e alunos incansavelmente, numa mudança constante de papéis como num jogo enunciativo. É por esta diretriz que acreditamos que um programa de Educação não pode estar desvinculado de uma proposta que reflita as necessidades e realidades locais. Precisamos todos construir a Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis como prenuncia o Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (cf. Pedrini & Brito, 2006).

Afinal o que é este pequeno trabalho senão uma militância pela tolerância, pela paz e pela compreensão humana.

7. Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. *O Mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.

BRUGGER, P. *Educação ou Adestramento Ambiental?*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1998.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

CARVALHO, I.C.M. *A Invenção ecológica- narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Rio Grande do Sul: Ed.UFRGS, 2001

DIAS, G. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. São Paulo, 6ª: Gaia, 2002.

GUIMARÃES, M. *A dimensão Ambiental na Educação*. São Paulo: Papyrus, 1995

LAYRARGUES P.P. *A cortina de Fumaça: O discurso empresaria Verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____ *A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema- gerador ou atividade –fim da educação ambiental?* In: Reigota, M. (org) Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LARROSA, J. *Para qué nos sirven los extranjeros?* In: Dossiê “Diferentas”. CEDES: Educação e Sociedade n.79 ano XXIII, agosto de 2002.

LOUREIRO, C. F. B.(org). *Sociedade e meio ambiente: a Educação Ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000

LOUREIRO, C.F.B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

PEDRINI, A.G. *Trajetória da Educação Ambiental*. In: PEDRINI, A.G.(org) *Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas*. Petrópolis: Vozes. 1998.

_____ & BRITO, M. I. M. S. *Educação Ambiental para o Desenvolvimento ou Sociedade Sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina*. Educação Ambiental em Ação, n. 17, 20 p., 2006.

SÁNCHEZ, C. & MOUSINHO, P. Tendências da Educação Ambiental no estado do Rio de Janeiro. IV Encontro Latino-Americano de Educadores Ambientais. Rio de Janeiro, *anais*, 1995.

SÁNCHEZ, C. A transversalidade Institucional da Educação Ambiental” In: DA MATA, S.F *et al.*(org). Educação Ambiental: compromisso com a sociedade. Rio de Janeiro: Ed. MZ, 2000.

TRAJBER,R;COSTA,L.B.*Avaliando a Educação Ambiental no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VASCONCELLOS, H. A pesquisa – ação em projetos de educação ambiental In: PEDRINI, A.G. (org) *Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas*. São Paulo, Ed. Vozes. 1998.